

## Osmar quer o fim de subsídios de ricos ao campo

A fome no mundo não poderá ser combatida se não houver um recuo drástico no grau de subsídios aos produtores agrícolas dos países desenvolvidos. O alerta foi feito pelo senador Osmar Dias, para quem o governo brasileiro deveria defender essa tese na Conferência de Cúpula sobre Segurança Alimentar.

Página 3

## Vale do Rio Doce é tema de Júnia Marise e Ademir Andrade

Página 6

# Lobão: Fundo fiscal dará aos estados prejuízo de R\$ 1,5 bi

*Cresce o desequilíbrio entre as regiões, que já alcança níveis inaceitáveis, alerta senador ao cobrar redistribuição da riqueza*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou ontem que as perdas dos estados e dos municípios brasileiros com a substituição do Fundo Social de Emergência pelo Fundo de Estabilização Fiscal deverão somar, este ano, R\$ 1,5 bilhão, segundo informações da Consultoria de Orçamento do Senado, por ele solicitadas. "É preciso que os estados e municípios prejudicados com a medida reajam", afirmou.

O desequilíbrio acentuado não é bom para a Nação - assinalou o senador, acrescentando que o governo federal deve ter a cora-



Edison Lobão

gem política de reconhecer as perdas e buscar meios de eliminá-las.

Para Edison Lobão, o Fundo Social de Emergência e o Fundo de Estabilização Fiscal "funcionaram no sentido inverso do requerido pelo interesse nacional", ou seja, à medida que enfraqueceram mecanismos

de redistribuição da renda, no País, acabaram aprofundando o desequilíbrio entre as regiões, que já alcança níveis inaceitáveis.

Lembrou o senador que a principal meta do FPE e do FPM é a redistribuição da riqueza nacional, de forma que as regiões menos desenvolvidas recebam maior volume de recursos. Segundo ele, esse é um ponto consensual no País e, por isso, observou, é preciso investir mais nos estados menos favorecidos para que se aproximem, em termos de desenvolvimento, das unidades mais prósperas.

## Comissão de Orçamento começa a analisar emendas

O relator-geral da proposta de lei orçamentária para 1997, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), reuniu-se ontem pela manhã com os relatores das subcomissões temáticas para analisar as emendas individuais dos deputados e senadores, cujo prazo de entrega encerrou-se na última sexta-feira (dia 1º).

Carlos Bezerra assegurou que os pareceres das subcomissões deverão ficar prontos até o próximo dia 20. Ele disse que os relatores começarão a discutir agora os remanejamentos que poderão ser feitos no



Carlos Bezerra

Grupo Natureza Despesas (GND4), item do Orçamento que prevê os investimentos.

As críticas feitas na terça-feira pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que defendeu a necessidade de o Orçamento ser valorizado,

sob pena de a reforma do Estado tornar-se uma ilusão, foram apoiadas, em entrevista, pelo relator-geral. Carlos Bezerra observou, no entanto, que as normas já aprovadas pelos membros da comissão incluem uma cláusula através da qual se pretende modificar o caráter meramente autorizativo da peça orçamentária.

## Senadores defendem ação firme contra violência

Mauro e Gilberto Miranda apresentam sugestões para o combate à criminalidade. Página 4

## Ernandes Amorim pede apuração de atentados em RO

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) pediu ao ministro da Justiça que determine à Polícia Federal a apuração dos atentados de que foram vítimas, recentemente, os promotores Heverton Aguiar e Hildon Lima e o juiz Edison Neuhauser, todos de Ariquemes (RO).

Ernandes Amorim disse estar convicto de que os autores dos atentados são pessoas envolvidas nas mortes de dois rapazes seqüestrados do presídio onde aguardavam julgamento pelo assassinato de um policial civil. O objetivo seria intimidar os promotores para que cessassem as investigações que estão desenvolvendo.

Conforme explicou, os promotores já determinaram a exumação dos cadáveres e o exame das armas de todos os policiais civis de Ariquemes, tendo em vista que os inquéritos não progrediam quando somente a polícia civil cuidava do caso.



Amorim

# Privatização trará eficiência a aeroportos, garante Loyola

*Para o senador, controle estatal "atrapalha, dificulta e produz burocracia", além de contribuir para o aumento do "custo Brasil"*

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) afirmou ontem que a situação do sistema aeroportuário brasileiro reflete mais um dos absurdos do que classificou de "insustentável custo Brasil" e que, acentuou, dificulta a tão desejada retomada do crescimento do País. "Os aeroportos brasileiros, além de ineficientes e de praticarem custos exagerados para os usuários, dificultam toda a operação de carga e passageiros, atrapalham exportações e emperram importações", disse.

Para Loyola, a administração dos aeroportos deveria estar nas mãos da iniciativa privada, como acontece nos Estados Unidos e na Europa. A seu ver, o controle desse setor pelo Estado só "atrapalha, dificulta e produz burocracia". Enquanto nos países desenvolvidos é permitida a livre concorrência, "aqui o critério é político, e não há considerações sobre eficiência. pres-



Henrique Loyola

teza e capacidade de processar rapidamente o fluxo de carga e passageiros", frisou.

O aeroporto de Chicago é o mais movimentado do mundo e funciona muito bem. Outro gigante é o Heathrow, em Londres, imaginado como um instrumento para fazer negócios. No Brasil, estamos atrasados, porque infelizmente o Estado ainda se mete onde não deve, e o grande problema dos nossos aeroportos, que pertencem à União, começa por uma administração centralizadora: todas as decisões estão nas

mãos de uma estatal, ou seja, o comando administrativo é ainda da Infraero - frisou.

Henrique Loyola disse que de nada adianta o governo federal baixar medidas de incentivo à exportação e de abertura da economia, se os benefícios e as vantagens desse novo ordenamento econômico ficam "mofando nos armazéns da Infraero". Problemas dessa natureza, segundo o senador, geram dificuldades para as indústrias brasileiras que desejam e precisam competir no exterior, porque "são esses entraves burocráticos, consequência da presença asfixiante do Estado na economia nacional, que tornam o produto brasileiro gravoso nos mercados externos".

- Esse é um retrato cruel da ação nefasta do chamado "custo Brasil", que pode nos deixar às margens do novo mundo sem fronteira e da História, mais uma vez - acrescentou.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora.

12h - Recebe o deputado José Pinotti (PMDB/SP).

14h - Preside sessão não deliberativa do Senado.

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477-29/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares

**Pauta:** Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

## Suplicy busca apoio ao Timor Leste

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento à Mesa para que o Senado aprove votos de apoio ao secretário-geral da ONU. Boutros Boutros-Ghali, pelas iniciativas destinadas a levar Timor Leste à independência. Conforme Suplicy, Ghali conseguiu inclusive que a Indonésia, que ocupou o território, aceite discutir com Portugal a situação de Timor.

- É preciso hipotecar solidariedade ao senhor Boutros-Ghali para que as Nações Unidas possam prosseguir em seu intento de garantir a independência de Timor Leste - observou o senador. Ele des-



Eduardo Suplicy

tacou ainda que a ONU vem insistindo com o governo da Indonésia para respeitar os direitos humanos na região ocupada e a imediata liberação de José Xanana Gusmão e demais líderes da resistência timorense.

O bispo Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta, am-

bos timorenses, ganharam o Prêmio Nobel da Paz deste ano e o fato, conforme Suplicy, "trouxe novo alento à luta pela afirmação de independência de Timor Leste". José Ramos Horta estará em Brasília nos próximos dias 18 e 19, quando deverá ser recebido em audiência pelos presidentes da República, do STF, do Senado e da Câmara, informou o senador paulista.

José Ramos Horta fará exposição no Senado e, na opinião de Suplicy, será "uma oportunidade ímpar para que o Brasil assumira uma posição mais afirmativa de apoio à luta pela autonomia do povo timorense".

# Osmar: Protecionismo favorece a fome

*Não há como combater esse problema social, segundo o senador, se não houver um drástico recuo no alto grau de subsídios aos produtores agrícolas dos países desenvolvidos*



Roberto Freire

## Freire destaca vanguarda do cinema em PE

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse ontem que Pernambuco "sempre esteve na vanguarda das realizações culturais e artísticas nacionais", e citou como exemplo a produção cinematográfica.

Ele referiu-se a trechos de fitas reunidos por Fernando Spencer, cineasta pernambucano, exibidos na terça-feira (dia 5) em festival de cultura da Universidade Federal de Pernambuco, evidenciando que o cinema brasileiro começou naquele estado.

Roberto Freire também se reportou à concessão do Prêmio Candango de melhor filme ao longa-metragem de estréia de Paulo Caldas e Lúcio Ferreira, *Baile Perfumado*, com trilha sonora de Chico Science - todos pernambucanos.

Segundo o parlamentar, além de grande vencedor do 29º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, *Baile Perfumado* obteve também o prêmio Unesco para diretor revelação e os de melhor ator coadjuvante e direção de arte.

Europa, Ásia, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia totalizam subsídios à sua produção agrícola da ordem de 350 bilhões de dólares, volume de recursos que, conforme afirmou ontem o senador Osmar Dias (PR), impede uma inserção competitiva dos países subdesenvolvidos no mercado internacional de *commodities*.

- Não há como combater a fome no mundo se não houver um recuo drástico no alto grau de subsídios aos produtores dos países desenvolvidos. Gostaria que o governo brasileiro defendesse essa tese em Roma - frisou Osmar Dias, que representará o Senado na Conferência de Cúpula sobre Segurança Alimentar, evento organizado pela FAO que se realizará na capital italiana entre 13 e 17 de novembro.

Indicado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Antonio



Osmar Dias

Carlos Magalhães (PFL-BA), e pelo presidente do Senado, José Sarney, Osmar Dias assinalou não saber o que o governo brasileiro levará à conferência. "Tomara que não sejam os programas que dizem estar sendo executados, mas que não passam de anúncios", acentuou.

Baseando-se em dados de organismos nacionais e internacionais, o senador calculou que a eliminação do protecionismo praticado pelos países desenvolvidos resultaria na abertura de um mercado de 40 bilhões de dólares para os países em desen-

volvimento. O Brasil, segundo ele, seria premiado com metade desse mercado e seus efeitos diretos: eliminação de um fator que impede a inserção competitiva do País e superávits nas balanças comerciais com aqueles países.

Em termos de produtos, o referido mercado de US\$ 40 bilhões representa 37 milhões de toneladas de grãos, 8 milhões de toneladas de açúcar, 65 milhões de toneladas de laticínios e 20 milhões de toneladas de carne, detalhou. O fim do protecionismo exigiria internamente, na opinião de Osmar Dias, a abertura de linhas de crédito para investimento na modernização agrícola e a definição de uma política especial de apoio à pequena propriedade. O Programa de Agricultura Familiar atinge parcela mínima - 200 mil - dos 5,2 milhões de pequenas propriedades familiares brasileiras, iamntou.

## Legislativo precisa ajudar a filha de Zuzu Angel em sua luta, exorta Cabral

"Esta Casa legislativa deve apoiar, a todo custo, a esperança de Hildegard Angel e não transformá-la em frágil aspiração em trânsito para mais um desencanto", afirmou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao sustentar que o Legislativo não pode omitir-se na luta empreendida pela filha de Zuzu Angel para que o Estado reconheça que sua morte não foi accidental. Mãe de Stuart Angel, morto durante o regime militar, a estilista morreu em 1976.

- Quero fazer uma convocação aos integrantes da Comissão Especial para Indenização das Famílias dos Desaparecidos Políticos, a fim de que não esqueçam da frase de Zuenir Ventura:

"Vinte anos depois, Zuzu Angel ainda é um exemplo" - disse Cabral.

Conforme o senador, na madrugada de 14 de abril de 1976, a estilista "teve seu car-

ro abairoado violentamente e jogado para fora do viaduto na saída do túnel Dois Irmãos, sentido Gávea-São Conrado", no Rio de Janeiro, caindo de uma altura de cinco metros, num episódio que pode não ter sido um acidente.

Bernardo Cabral explicou a razão dessa suspeita: "Na época, esse tipo de morte era chamado *execução pelo Código 12*, que consistia na eliminação dos inimigos do regime

militar por órgãos de segurança, simulando acidentes, sem deixar pistas".

Lembrando que teve o mandato de deputado cassado e também perdeu seus

direitos políticos durante o regime militar, o senador disse que "quem passou por essa situação pode bem avaliar o drama de uma perseguição política, mas a perda de um filho, como aconteceu

com Zuzu, é uma dor bem mais profunda". Cabral disse que a estilista merece justiça e agora tem "uma entrevista marcada com a História".



Bernardo Cabral

# Mauro propõe medidas para conter a violência

*"A parte da sociedade que pode pagar defende-se como pode, porque a seu ver o governo não cumpre o seu papel de oferecer proteção", diz o senador, que aponta a "síndrome do pânico"*

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a adoção de providências imediatas para reverter o aumento da violência que, segundo disse, instalou a síndrome do pânico nas grandes cidades brasileiras. O senador sugeriu, entre outras medidas, o reaparelhamento das instituições policiais; o desarmamento; a fiscalização de fronteiras, a fim de impedir o narcotráfico; e campanhas educativas contra o uso de drogas.

Ele também sugeriu medidas complementares na área social, como as de

saúde, educação, e, principalmente, emprego. Segundo Mauro, a situação de carência desses setores constitui "matrizes de desespero que induzem à violência, multiplicam sentimentos depressivos, marginalizam a cidadania e desorganizam todo o estrato social. Ao lado disso, a crise na agricultura contribui para expulsar os trabalhadores do campo e conduzi-los ao inchaço ainda maior das megalópoles", acentuou.

Mauro Miranda observou que, com o pânico generalizado, cresce no País a indústria dos condomí-



Mauro: Pânico gera nova "indústria"

nios fechados e o número de empresas de segurança, enquanto o setor de serviços volta-se para os escritórios domésticos. "A parte da sociedade que pode pagar defende-se como pode, porque, a seu ver, o governo não cumpre o seu papel de ofere-

cer proteção", disse o senador.

- No Rio de Janeiro, um sem-número de crianças já foi alcançado pelas balas perdidas, até nas áreas nobres da cidade. É a guerra do tráfico, é o

descontrole da fiscalização da venda de armas, é o contrabando de armamentos pesados, tudo contribuindo para agravar a violência em uma sociedade carente de serviços essenciais, de escolas públicas eficientes e de emprego - frisou.

## Miranda: Criminalidade prejudica a economia

O Brasil é o segundo em violência entre 43 países, segundo pesquisa do BID, informa o senador Gilberto Miranda



O aumento da criminalidade afeta as decisões de investimento e as possibilidades de crescimento da economia brasileira, disse o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) ao citar dados de pesquisa realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que classificam o Brasil em segundo lugar nas estatísticas de violência numa lista de 43 países.

- Essas estatísticas mostram que o Brasil apresentou taxas de crescimento em torno de 3% nos períodos em que as taxas de homicídios estavam em queda. Durante os períodos de alta criminalidade, o crescimento foi perto de zero ou mesmo negativo - acrescentou.

Gilberto Miranda observou, com base na pesquisa, que o quadro de violência do País é "epidêmico". Segundo ele, o BID considera acei-

tável o índice de até cinco homicídios a cada 100 mil habitantes, e no caso brasileiro esse índice chega a 24 assassinatos. "Fugir dessa discussão implicaria não apenas irresponsabilidade moral, mas a perda irreparável da chance de retomar o crescimento econômico em bases sustentadas e estáveis", frisou.

Ele destacou o que chamou de nova filosofia de combate ao crime implementada no Rio de Janeiro pelo prefeito César Maia, com o apoio da comunidade e inspirada em bem-sucedidas experiências de grandes cidades do mundo, sobretudo Nova York. Gilberto Miranda também elogiou as iniciativas do Ministério da Justiça "no sentido de reprimir o tráfico de armas e desarmar a sociedade como um gesto de profunda e auspiciosa significação prática".

### Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

# Alcântara cobra mais proteção à infância

*Mesmo reconhecendo avanços do País no combate às doenças infantis, senador pede ao governo que destine mais recursos para áreas de saúde, saneamento e educação*

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem que o governo destine mais recursos para o atendimento à criança nas áreas de saúde, saneamento básico e educação, apesar dos progressos alcançados no País e em todo o mundo no combate às doenças infantis, conforme relatórios anuais divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

- Se olharmos o que está acontecendo no mundo, vamos ter a impressão de que os maiores inimigos das crianças estão sendo vencidos. Assim, doenças como o sarampo e a pólio, que recentemente mata-

vam 8 milhões de crianças por ano, estão sendo erradicadas. Tratamentos simples e baratos estão sendo ministrados contra a cegueira e a desidratação - disse ele.

Segundo Lúcio Alcântara, o Brasil é citado nos relatórios do Unicef como um país onde bons resultados podem ser alcançados, pois "dispõe de condições técnicas, financeiras e uma grande potencialidade para atingir suas metas". O senador observou que o País tem alcançado algumas vitórias, como a erradicação da pólio em 93, após três anos de campanhas insistentes de vacinação.



Lúcio Alcântara

Ele afirmou que o governo Fernando Henrique Cardoso está preocupado com a situação das crianças no País. Para tanto, segundo disse, já foram liberados R\$ 56 milhões para a elaboração de planos em de-

fesa da criança e anunciada a doação, pelo Ministério da Educação, de um aparelho de TV a cada escola que comprovar a frequência de mais de 100 alunos.

- Mas os meios de comunicação são pródigos em trazerem notícias que demonstram o quanto de inconsciência ainda permanece nos meios governamentais. O número de mortes de crianças até 5 anos é de 61 em cada grupo de mil. Dos R\$ 186 milhões previstos para programas de redução da mortalidade no Nordeste, o Ministério da Saúde aplicou efetivamente apenas R\$ 67 milhões - assinalou.

## Suplicy pede a Jatene que explique saída

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem, em plenário, que o ex-ministro Adib Jatene "honrou o Ministério da Saúde" e disse esperar que ele "explique por que realmente deixou o governo". Depois de informar que telefonou ao ex-ministro para manifestar sua solidariedade, Suplicy disse ter ouvido de vários prefeitos que a melhor fase dos últimos anos na relação com o ministério foi na gestão de Jatene.

- Gostaria que ele explicasse ao País a frase que disse ontem: "Não posso aceitar a esterilização da CPMF para pagar dívidas" - acrescentou o senador.

Suplicy lembrou que a imprensa tem noticiado que o relacionamento de Jatene com a equipe econômica chegou ao limite no momento em que os economistas do governo, com o apoio do chefe da Casa Civil da Presidência, Clóvis Carvalho, exigiram que parte da arrecadação da CPMF fosse usada para pagar uma dívida que o Ministério da Saúde contraiu com o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

## Nabor condena voracidade dos planos de saúde e mau uso dos recursos públicos nos hospitais

A voracidade dos planos de saúde e dos contratos oferecidos pelos hospitais é "um acinte à Nação", declarou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Ele apoiou artigo do deputado José Aristodemio Pinnotti publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no último dia 1º, sob o título "Quando o Crime Vira Lei", no qual o autor analisa informações sobre os fatos que cercam a medicina no Brasil, particularmente aquela vinculada aos sistemas oficiais e paga pelo contribuinte.

Segundo o senador, o artigo aborda a prática da cobrança ilegal por clínicas e hospitais da rede oficial ou a ela conveniadas, que, conforme salientou,

deu origem ao consenso também ilegal de que "os médicos ganham tão pouco que não é possível operar sem cobrar por fora". E denuncia ainda o mau uso dos recursos públicos através de terceirizações desnecessárias. Na opinião do senador, se fossem bem aplicados, esses recursos seriam suficientes para acabar com a ociosidade do sistema público e atender bem a todas as pessoas sem que haja necessidade de cobrança ilícita.

Para Nabor Júnior, é visível o sucateamento dos hospitais mantidos pelo governo federal, estados e municípios, fato que, salientou, tem sido objeto de sucessivas denúncias "não apenas pela imprensa, mas também

por setores não submissos aos interesses e às pressões dos empresários da medicina". Nabor disse concordar com Pinotti quando, na matéria, este afirma que saúde é um direito constitucional e não uma mercadoria.

- Usar o caminho mais fácil para pressionar o usuário pobre, fragilizado pela doença, e exigir um pagamento ilegal sem o qual a cirurgia ou tratamento não possa ser feito, é o cúmulo da perversidade. O usuário já pagou por isso nos descontos dos seus salários para a seguridade social - disse o senador, ressaltando que "os parlamentares têm a responsabilidade de aproveitar as principais manifestações formuladas pela sociedade para denunciar e apontar soluções para os graves problemas nacionais".



Nabor Júnior

# Júnia quer debate no Senado sobre venda da Vale

*Contrária à alienação, senadora suspeita que edital de privatização contenha vícios que acabarão dando controle da companhia a empresas multinacionais*

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) defendeu ontem o projeto de resolução de sua autoria que determina ao Conselho de Desestatização que encaminhe ao Senado, no prazo de 30 dias, todas as informações sobre o processo de venda da Companhia Vale do Rio Doce. A senadora destacou que sua proposta conta com o apoio do presidente do Congresso, senador José Sarney.

- A exemplo de outros senadores, o presidente do Congresso Nacional entende que cabe ao Senado o papel de fiscalização e

acompanhamento da proposta de privatização da Vale. E este papel não pode ser ignorado neste momento - afirmou a senadora.

## VÍCIOS

Júnia Marise acredita que o edital de privatização da Vale pode estar cheio de vícios destinados a garantir que multinacionais assumam o controle acionário da empresa.

- Essa alienação descarada do subsolo pátrio certamente não atende aos interesses de todos os brasileiros mas, apenas e unicamente, aos interesses internacionais que estão

de olho na Vale - disse ela.

A senadora comentou, também, uma entrevista concedida ao jornal *Estado de Minas*, pelo engenheiro Francisco F. A.

Fonseca, ex-superintendente do departamento de pesquisa da empresa. Ele afirma existirem suspeitas de irregularidades na montagem do modelo de privatização da CVRD. Diz que existem fortes motivos para se suspeitar que multinacionais e bancos brasileiros tenham in-



Júnia Marise

fluenciado no modelo de privatização da Vale com o objetivo de se permitir às multinacionais se apoderar do controle da companhia, se-

gundo informou a parlamentar.

Júnia Marise destacou, ainda, as considerações feitas no Senado pelo ex-vice-presidente da República, Aureliano Chaves, que se manifestou contrário à privatização da Vale, por entender que a empresa é um patrimônio nacional.

## Ademir sugere a anulação da compra da Urucum pela estatal

O senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB, apresentou ontem requerimento para que seja submetido ao plenário do Sena-



Ademir Andrade

do comunicação do Tribunal de Contas da União que aponta como irregular a compra da Urucum Mineração, de Mato Grosso, pela Cia. Vale do Rio Doce. O TCU informou ao Senado que a Vale não pediu licença ao Congresso para comprar a empresa, como manda a Constituição.

Conforme o senador, a

diretoria da CVRD, "a fim de driblar a lei", decidiu-se pela compra da Urucum, uma grande reserva de manganês localizada em Mato Grosso,

apenas com parecer do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais. Ademir Andrade considera que a negociação deve ser anulada e, citando parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), lembra que a Vale já vinha empregando o mesmo artifício

para adquirir ou criar subsidiárias. Cabral também propôs a nulidade do negócio.

Além de inconstitucionalidade, na opinião de Ademir Andrade existem pontos nebulosos na negociação que precisam de esclarecimentos. "Por que motivo a CVRD comprou as ações da Urucum Mineração?", indagou ele. A Vale alega que o manganês é um minério estratégico, mas o senador diz que existe apenas uma verdade: a Urucum foi comprada para ser desativada ou para funcionar como "poupança", que daria lucros somente daqui a 50 ou 100 anos.

Essa mesma opinião foi manifestada pelo ex-governador de Mato Grosso, Jayme Campos, em depoimento em novembro do ano passado à CPI da Mineração, do Senado, segundo Ademir Andrade. Por isso, o senador paraense pretende que o plenário analise com rapidez a comunicação do Tribunal de Contas da União. Depois de ter recebido parecer contrário na CCJ, a comunicação do TCU "encontra-se, inexplicavelmente, estacionada na Comissão de Fiscalização e Controle, sem que lhe tenha sido oferecido parecer", informou o senador.

# Lauro: Servidores não são "parasitas"

*Sempre que um governante deprecia uma classe visa a explorá-la e a desrespeitar seus direitos, alerta senador, que considera insultuosa a declaração de Fernando Henrique*

## Hollanda destaca liberação de recursos para o porto de Suape

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou que a continuidade e aceleração das obras do complexo industrial portuário de Suape, em Pernambuco, terão importante avanço com a assinatura de termo aditivo do convênio financeiro entre o Ministério dos Transportes e o governo do estado, no valor de R\$ 27,5 milhões.

Presente à cerimônia, o senador relatou que o ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, confirmou ao governador Miguel Arraes o repasse de R\$ 7,5 milhões ainda neste mês de novembro, e de



Joel de Hollanda

mais R\$ 2,83 milhões em dezembro. Os recursos serão aplicados na construção da área interna do porto, de canais de dragagem, acesso rodoviário da área de atividade portuária e melhoria dos equipamentos, disse.

Joel de Hollanda ressaltou que, para o ministro, a impor-

tância da obra está na sua posição estratégica, de ligação marítima mais rápida entre Brasil e Europa. Conforme o senador, o porto de Suape é prioridade na atuação de deputados e senadores pernambucanos, que cerraram fileiras pela aceleração das obras.

"Por uma questão de justiça", o senador destacou a importância da ação do vice-presidente da República, Marco Maciel, que recentemente convidou uma equipe de técnicos do Ministério dos Transportes para conhecer o Porto de Suape.

O senador Lauro Campos (PT-DF) considerou ontem insultuosa a forma como o presidente da República referiu-se aos funcionários



Lauro

públicos, quando criticou os "parasitas", e disse que "sempre que um governante deprecia uma classe visa a explorá-la e a desrespeitar seus direitos". Na opinião do senador, mais grave é o parasitismo praticado pelas empresas que lucraram com loterias operadas via televisão, prática que ele pretende coibir com um projeto de lei.

O presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se aos parasitas, entre os quais se encontra a própria figura do presidente da República, que sempre foi professor e, portanto, funcionário público, antes de ser político e, portanto, incluído na mesma categoria - afirmou o senador.

Lauro Campos observou que uma vez se dirigiu à Procuradoria Geral da República na tentativa de coibir a ação dessas loterias privadas, "que lucraram tanto explorando a confiança dos desesperados que quase nada têm". Conforme o senador, "quanto mais pobre e desempregada a população, mais cresce o número de apostadores nessas loterias, e assim os parasitas aumentam".

Autor de projeto de lei que impede as sociedades de capitalização de realizarem operações com títulos que possam caracterizar-se como loterias privadas, Lauro disse que "a menos malévola das loterias está sendo o jogo do bicho, porque ali vale o que está escrito e ainda é essa a modalidade em que o apostador é menos explorado e tem a maior chance de recuperar sua aplicação".

## Cegraf inaugura galeria Ninon Accioly

Com a presença do presidente do Senado, José Sarney, foi inaugurada ontem no Centro Gráfico do Senado (Cegraf) a galeria Ninon Accioly Borges, que expõe documentos sobre o Cegraf, fotos dos ex-presidentes do Conselho de Supervisão e dos ex-diretores-executivos, obras de arte produzidas por servidores, além de equipamentos e objetos antigos, como uma máquina linotipo. A placa de inauguração da galeria foi descerrada pelo presidente Sarney e pela própria Ninon Accioly Borges, de 89 anos de idade, que trabalhou no Senado durante 42 anos.

A solenidade, comemorativa ao 33º aniversário do Cegraf, foi iniciada com apresentação do Coral do Senado, que interpretou *Ateluaia*, de Mozart, e *Ponta de Areia*, de Milton Nascimento. Em seguida, o diretor-executivo do Cegraf, Claudionor Moura Nunes, lembrou que a homenageada ingressou no Senado em 1935, como datilógrafa, foi efetiva-



A servidora Ninon Accioly Borges, entre Sarney e Claudionor

da em 1937, mediante concurso público, e até 1977, quando se aposentou, ocupou diversos cargos, como os de chefe da Seção de Protocolo e Sinopse, diretora da Ata e integrante do Conselho de Supervisão do Centro Gráfico.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, agradeceu a Ninon por tudo o que ela fez pelo Cegraf e a José Sarney pelo que tem feito pelos servidores, e reafirmou seu pacto com os funcionários no sentido de elevar cada

vez mais o conceito do Senado.

Encerrando a cerimônia, Sarney disse que Ninon Accioly Borges é um símbolo, um dos pilares do Senado. Ele elogiou os funcionários da Casa e disse que a homenagem à ex-servidora é um ato de justiça, que preserva a memória da instituição e dá um exemplo do que é o funcionalismo do Senado. Participou da solenidade o ex-senador e ex-presidente da Casa Mauro Benevides.

# Brasil deve ter sua própria política demográfica, prega Odacir Soares

*Senador critica a interferência das nações do Primeiro Mundo sobre a questão e adverte que País pode atingir índice zero de crescimento*

O senador Odacir Soares (PFL-RO) advertiu sobre o perigo que representa para a soberania nacional a adesão do Brasil às "políticas populacionais ditadas pelos países do Primeiro Mundo". Ele lamentou a "falta de sensibilidade" dos governantes brasileiros ante a ameaça de o País atingir índice zero de crescimento no início do próximo século e alertou para a ação de organizações não-governamentais (ONGs) que defendem, aqui, interesses alheios às necessidades brasileiras.

- Tudo faz crer que, no domínio supersensível da nossa soberania, há muito perdemos a autonomia de decisão quanto às políticas demográficas que mais nos convêm - disse o senador, admitindo que o Brasil tenha se "reduzido a mero executor, mais ou menos alienado, de políticas ditadas na cúpula do mundo dito globalizado".

Na opinião de Odacir Soares, a dubiedade e os equívocos que envolvem a



Odacir Soares

discussão dos temas demográficos no Brasil ficaram evidentes em reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, dando conta de que 40,01% das mulheres brasileiras em idade fértil estão esterilizadas. A matéria recomenda, conforme o senador, uma política familiar séria que ofereça à mulher maior controle sobre a sua saúde reprodutiva.

- Na matéria da *Folha*, o alarme contra a esterilização é inspirado numa "pesquisa" da Bemfam, entidade que, estipendiada por governos estrangeiros e organismos internacionais, tem sido, há 30 anos, a campeã da esterilização em massa das mulheres brasileiras - afir-

mou Odacir Soares.

O senador ressaltou que, "para o cúmulo da ironia", a salvação da saúde reprodutiva da mulher brasileira, "de acordo com a matéria", seria o planejamento familiar proposto em projeto pelo deputado Eduardo Jorge, "que, furtivamente, visa legalizar a esterilização e incluí-la como um dos métodos de planejamento familiar".

Odacir Soares, por outro lado, criticou o Ministério da Previdência Social "pela imprevidência ou desatino de promover um seminário internacional sobre transição demográfica sob a tutela de entidades notoriamente comprometidas com programas de controle populacional".

Segundo Odacir, nesse seminário, estiveram "lado a lado com o ministro Reinhold Stephanes e com seus destacados assessores" representantes de diversos organismos internacionais interessados em reduzir o crescimento demográfico brasileiro.

## Obras de arte do Senado serão restauradas

A restauração de 271 obras de arte do acervo do Senado será feita pelo Museu Histórico Nacional, conforme convênio firmado entre as duas instituições. Como contrapartida ao trabalho de restauração, o Senado editará, em seu Centro Gráfico, uma publicação sobre o acervo de moedas do museu.

Serão enviadas primeiramente ao museu, no Rio de Janeiro, as obras de gravadores nacionais e estrangeiros como Maria Bonomi, Edita Behring, Fayga Ostrower, Tomie Ohtake, Krajcberg, Nakakubo e Rossini Perez. As obras a serem encaminhadas ao museu por último serão os óleos de pintores como Di Cavalcanti, Wega, F. Rebolo, Djanira, Guido Mondin, Sachiko, Orlando Teruz, Sérgio Telles e Carlos Seliar. A pinacoteca do Senado conta com cerca de 300 gravuras e 70 óleos sobre tela.

Para tratar dos últimos detalhes do convênio, esteve em Brasília, na última segunda-feira (dia 4), a diretora do museu, Vera Tostes, que se reuniu com a diretora da Secretaria de Documentação e Informação (SDI), Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM, LAURO CAMPOS E EDUARDO SUPLYCY E PELA SENADORA JÚNIA MARISE

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Ernília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Matt ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Bezerra ■ Fotos - Célio Azevedo, Mircia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaraal  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.  
Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal